

Refletindo sobre os “problemas de gênero” no Brasil: contribuições para a pesquisa em Educação Física

Marcelo Moraes e Silva

Universidade Federal do Paraná, Brasil
moraes_marc@yahoo.com.br

Maria Rita Assis César

Universidade Federal do Paraná, Brasil
mritacesar@yahoo.com.br

Cita sugerida: Moraes e Silva, M. & Assis César, M. R. (2014). Refletindo sobre os “problemas de gênero” no Brasil: contribuições para a pesquisa em Educação Física. *Educación Física y Ciencia*, 16(2). Recuperado de <http://www.efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/EFyCv16n02a01/>

Resumo

O presente ensaio visa realizar uma reflexão a respeito de como os denominados “problemas de gênero” podem contribuir com as pesquisas realizadas sobre a temática na Educação Física brasileira. Para realizar tal empreitada, foi realizado um diálogo entre definições epistemológicas que permeiam este campo de estudos. A título de conclusão, o ensaio aponta que se pode trabalhar com as noções performáticas e utilizar o binômio sexo/gênero, principalmente, quando se trabalha com determinados objetos de pesquisa dentro da área de Educação Física.

Palavras Chave: Gênero; Sexo; Pesquisa em Educação Física.

Reflecting upon the “gender trouble” in Brazil: contributions to research in Physical Education

Abstract

This paper aims to develop a reflection about how the so-called "gender trouble" can contribute to the researches in the Brazilian Physical Education. To accomplish such a task, there was introduced a dialogue among epistemological definitions that permeate this field of study. In conclusion, the essay shows that it is possible to work with performative notions and also to use the binomial sex / gender, especially when working with certain objects of research in the area of Physical Education.

Keywords: Gender; Sex; Research in Physical Education.

Considerações Iniciais

Atualmente, na produção acadêmica da Educação Física brasileira, existe uma série de trabalhos que versam sobre aquilo que se convencionou a chamar de campo de estudos de gênero. (Luz Junior, 2003; Deive, *et. al.* 2013). Desde monografias de graduação e especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado, passando por artigos em periódicos e capítulos de livros até trabalhos em congressos, percebe-se que tal temática tornou-se algo marcante nas pesquisas da área.

A produção relacionando o campo de estudos de gênero com a Educação Física, sem sombra de dúvida, é algo crescente, tanto que uma importante entidade científica da área, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em seu último congresso realizado, em agosto de 2013 na cidade de Brasília, deliberou que na próxima edição do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), a ser realizado no ano de 2015, terá entre seus Grupos de Trabalho (GTs) um espaço destinado à divulgação de estudos que versem sobre a temática de gênero.

Devido a esse volume crescente de produções, houve o surgimento dos primeiros estudos que versam sobre o estado da arte deste campo de pesquisa. (Luz Júnior, 2003; Chan-Viana *et. al.* 2010; Devide, *et. al.*, 2013). Tais artigos mostram a configuração desta temática dentro da Educação Física. Devide *et. al.* (2011), por exemplo, afirma que tais pesquisas ainda apresentam uma abordagem focalizada prioritariamente nas mulheres e, algumas vezes, possuem problemas de ordem epistemológica, analítica, conceitual e política. Nesse sentido, o presente ensaio pretende focalizar seus esforços na reflexão sobre os “problemas de gênero”, visando, com isso, contribuir para fomentar as pesquisas deste campo de estudos da Educação Física.

Apresentando o campo: do feminismo ao conceito de gênero

De acordo com Scott (1995), o interesse pela temática de gênero no meio acadêmico tem sua origem na década de 1970, principalmente, pela instituição e crescimento dos estudos sobre os movimentos feministas que, na busca da minimização das desigualdades sociais, baseadas na diferenciação entre os sexos, promoveram reflexões na discussão acadêmica sobre a temática de gênero. Segundo Louro (2004), o movimento feminista, ao definir seu espaço de atuação política, iniciou a contestação da denominada dominação masculina. Para a autora, essa suposta “superioridade” dos homens foi uma das questões chaves das reflexões teóricas das intelectuais feministas, pois no final dos anos 1970 já havia uma opinião, entre elas, de que a dominação masculina era “universal”; ou seja, ocorria não em um contexto isolado, mas em diversas culturas e nas variadas esferas, sejam simbólicas, políticas e/ou econômicas.

Louro (2004) afirma, ainda, que apesar do percurso histórico indicar a existência de diversas ações das mulheres em relação à opressão masculina, o marco inaugural do feminismo, a sua “primeira onda”, como movimento social organizado, data-se do século XIX, na luta pelo direito ao voto. Contudo, foi somente na sua “segunda onda” que o movimento expandiu suas fronteiras de atuação política.

“Será no desdobramento da assim denominada ‘segunda onda’ – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre as estudiosas e militantes de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro será engendrado e problematizado o conceito de gênero.” (Louro, 2004, p.15).

Foi nesse contexto social que o feminismo ressurgiu como movimento social, expressando-se não apenas em atos políticos – como grupos de conscientização, marchas, protestos públicos e movimentos sociais de uma forma geral – mas também em livros, jornais, revistas e filmes; ou seja, inseriu-se com maior visibilidade no âmbito público, inclusive ocupando espaços nos círculos acadêmico/universitário. Louro (2004) cita algumas obras clássicas como “*Lé deuxième sexe*”, de Simone Beauvoir, publicado em 1949; “*The feminine mystique*”, de Betty Friedman, escrito em 1963; e “*Sexual politics*”, de Kate Millet, de 1969. Tais obras marcaram profundamente aquele momento histórico e possibilitaram a entrada desse debate em universidades, surgindo, desta forma, os estudos e as reflexões sobre as mulheres que posteriormente sistematizaram o conceito de gênero.

“Além disso, o que é talvez mais importante, ‘gênero’ era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.” (Scott, 1995, p.73).

Amparados em tal conceituação e perspectiva epistemológica, os estudos feministas desenvolveram-se e expandiram as fronteiras. Foi nesse determinado contexto histórico que o conceito de gênero ganha destaque, tornando-se peça fundamental para as produções acadêmicas, principalmente naquilo que Vance (1995) denomina de *construcionismo social*¹. Louro (2000) indica que essa perspectiva foi a que estabeleceu inicialmente uma contraposição efetiva a vertente essencialista, que naturalizava e biologizava os papéis de gênero e de sexualidade. Moraes e Silva (2012) indica que foi no contato com as produções feminista que surgiu, na década de 1990, uma primeira literatura a respeito do assunto na Educação Física brasileira. Destaque para os estudos de Romero (1992;

1994), Chagas (1994) e Saraiva (1999). Contudo, tais produções, apesar de terem o mérito de lançar a questão das diferenças entre os sexos, dos estereótipos e, em alguns casos, até trabalharem o conceito de gênero, as mesmas não avançaram nos denominados “problemas de gênero”.

O campo de estudos de gênero: refletindo sobre seus “problemas” epistemológicos

Segundo Butler (2003), existe um problema que o feminismo encontra no termo “mulheres”. A autora argumenta que mesmo no plural tal definição torna-se uma categoria problemática, pois a presunção de haver uma base universal e ontológica para o feminismo a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas acompanha a ideia de que a opressão das mulheres possui formas singulares e discerníveis na estrutura universal. Essa urgência feminista de conferir um *status* universal ao patriarcado, visando fortalecer politicamente o movimento das mulheres, motivou as teóricas feministas a acreditarem num atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação masculina tida como responsável por uma experiência comum de subjugação.

“A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos.” (Butler, 2003, p.33-34).

Harding (1993) corrobora com os argumentos apresentados, indicando que todos os feminismos são teorias totalizantes e ontológicas. Sendo assim, os temas feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo, em um conjunto deles, pois segundo Butler (2003), isso acaba por produzir certos apagamentos, determinando, assim, a abjeção de certos corpos²:

“(…) as supostas universalidades e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria una das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as conseqüências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios.” (Butler, 2003, p.21-22).

Costa (1998) argumenta que para solucionar esse problema, a teoria feminista deve repolitizar a ação feminista, principalmente pela constante reinscrição da categoria experiência. Corroborando com estas questões Butler (2003) salienta que esse raciocínio fundacionista sobre a política da identidade tende a afirmar que primeiro é preciso existir uma identidade, para que os interesses políticos possam ser elaborados e utilizados. Contudo, a autora defende a ideia de que não há necessidade de existir “um agente por trás do ato”, mas que o agente é diversamente construído no e através do ato. Outro ponto lembrado por Butler é que esse ato desconstrutor da identidade não significa uma desconstrução da política. A crítica deve por em xeque a questão da estrutura fundante em que o feminismo como política da identidade vem-se articulando. Sendo assim, baseia-se em Costa (1998) e Butler (2003), para advogar, conforme indica Moraes e Silva (2008), que os (as) pesquisadores (as) do campo de gênero e Educação Física devem desnaturalizar a experiência sem, contudo, repudiá-la, ou seja, devem revisar constantemente tal categoria analítica em suas pesquisas.

Para entender melhor tais questões, pensa-se que antes é necessário tematizar como o denominado conceito de gênero foi produzido, pois tal categoria é alvitre de toda a teia discursiva citada, uma vez que se trata de um conceito que diz respeito à produção da diferenciação social, histórica e cultural entre homens e mulheres em critérios baseados em sua diferenciação biológica, bem como na “naturalização” de uma categoria denominada sexo.

Para explicar estas questões, as definições apresentadas por Weeks (1999) são, no mínimo, as mais didáticas para serem utilizadas: (1) sexo – termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que se vê como diferenciando homens e mulheres; (2) gênero – termo usado para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres; (3) sexualidade – descrição geral de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente

modeladas em relações aos seus desejos e prazeres sexuais. Um ponto importante e que merece ser reforçado é a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexualidade:

“A sexualidade diz respeito ao modo como os indivíduos organizam e valorizam as questões relacionadas à satisfação do desejo e do prazer sexuais. A identidade de gênero refere-se à identificação do indivíduo com aqueles atributos que culturalmente definem o masculino e o feminino, num dado contexto social e histórico, revelando-se na expressão de modos de ser, de gestos, de jeitos de vestir, de atitudes, de hábitos corporais, de posturas para andar, sentar, movimentar-se, de tonalidade de voz, de seleção de objetos e adornos, etc. Estas escolhas serão nomeadas como representações vinculadas ao mundo ou ao mundo feminino, permitindo que o indivíduo se perceba em algum desses dois grandes universos, e dizendo que 'é feminino' ou 'é masculino', coincidindo isto ou não com sua identidade sexual. São, portanto, dois processos a serem vividos e administrados pelo sujeito.” (Seffner, 2006, p.89).

Apesar de tais diferenciações conceituais entre gênero e sexualidade, não se pode esquecer que foi a partir dos estudos sobre a sexualidade, os desejos e os prazeres que a teoria feminista ampliou seu espaço de atuação política. Foram as reflexões advindas dos movimentos gays, lésbicos e transexuais os principais vetores que levaram à problematização do conceito de gênero.

“Reforçando algumas das ideologias do feminismo, o movimento dos direitos gays, que ganhou força a partir de uma crescente sub-cultura urbana, também colocou em questão as categorias ocidentais da masculinidade e da feminilidade é da sexualidade normativa (...). Nessa operação o ativismo gay iniciou um questionamento mais amplo dos pressupostos heterossexistas da lei, da ciência, da psicologia e das teorias de parentesco. Combinado com o feminismo, esse movimento gerou formas alternativas de perceber e incorporar a sexualidade, bem como a coesão e o desejo políticos necessários para alterar as normas e os valores ocidentais sobre a sexualidade.” (Parker, 1999, p.140).

É interessante salientar que as definições sobre sexo e gênero não romperam com certo determinismo biológico, mostrando que a categoria de gênero é algo construído sobre um conceito único, estável, universal e biológico: o de sexo. Essas definições partem de uma premissa que toma como base o sexo, cujo principal diferenciador é a fixidez biológica e anatômica, “criando” uma “naturalização” das diferenças sexuais e deixando de salientar que o próprio sexo, conforme aponta Butler (2003), é produzida historicamente. A pesquisa histórica de Laqueur (1994), sobre a construção do sexo, coloca alguns desses pontos em destaque, principalmente quando evidencia que tanto sexo como gênero são produções culturais, visto que o modelo dual de sexos que se conhece hoje corresponde a uma invenção do final do século XVIII. Antes disso, segundo o próprio autor aponta, predominava a visão de sexo único (*one sex-model*), no qual as diferenças entre homens e mulheres eram somente de grau. Ser um homem ou uma mulher estava determinado pelo seu lugar social e não por suas diferenças anatômicas.

Laqueur (1994) afirma, ainda, que nesse primeiro modelo a mulher era vista e pensada como um homem invertido e inferior, não havendo representações bipolares, divididas entre o masculino e o feminino. O útero corresponderia ao escroto, os ovários aos testículos, a vulva ao prepúcio e a vagina seria um pênis interior. Somente a partir do século XVII, ocorreram mudanças nesse modelo, surgindo o *two sex-model* que, segundo o autor, foram produzidos e elaborados devido às transformações sócio-político-culturais e epistemológicas daquele período. Época em que a natureza e a função das mulheres na sociedade estavam sendo questionadas e reformuladas pela nascente sociedade capitalista. Foi a partir desses fatos que se iniciou toda uma bissexualização política, na qual diferenças entre homens e mulheres começaram a ser pensadas em termos de descontinuidade e oposição, não mais em termos de continuidade e hierarquia.

Laqueur (1994) salienta que, se o corpo humano da época clássica era de um só sexo, o corpo do Iluminismo e da revolução burguesa passava a ser de dois sexos. Esse fato, na opinião do autor, deve-se principalmente pela ascensão do conhecimento científico, sobretudo, do saber biológico que contribui para a produção de uma “verdade” sobre os sexos que se baseou, conforme aponta Butler (2003), numa matriz heterossexual para elaborar tais definições³. A partir da elaboração dessa heterossexualidade compulsória, foi produzida e tornada inteligível a homossexualidade – também tornado proibido e inadequado dois corpos do mesmo sexo terem relações sexuais. Esse mesmo raciocínio vale para as práticas relacionadas à Educação Física, pois, conforme apontam Moraes e

Silva e Fontoura (2011), a participação ou não de homens e/ou mulheres em determinadas práticas corporais passam a ser reguladas por essa matriz.

Butler (1987), ao comentar a obra de Simone de Beauvoir, dá pistas fundamentais para uma compreensão mais ampla desta questão. A autora argumenta que na realidade se é um corpo de início é somente depois que se torna um gênero. Essa afirmação é baseada na célebre frase da autora francesa, “Não se nasce mulher torna-se mulher”, ou seja, esta famosa citação também está baseada no binômio sexo/gênero. Nessa mesma linha argumentativa, Rubin (1998) lança definições semelhantes, ao cunhar a expressão sexo/gênero, que se definia como um conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Na esteira destas definições, surgem as contribuições do psicanalista Stoller (1993) que argumenta que o sexo refere-se ao estado biológico (cromossomos, genitais externos, gônadas, hormônios e aparatos sexuais internos como útero e próstata) e o gênero se trata somente de um estado psicológico – masculinidade e feminilidade. Para o autor, sexo e gênero de modo algum estão necessariamente relacionados, podendo o sujeito, após experiências pós-natais, modificar e até mesmo sobrepujar tendências biológicas já presentes. Pode-se notar que o biológico (sexo), nas definições de Beauvoir, Rubin e Stoller, assim como nas reflexões de Scott e Weeks, é assumido como base no quais os significados culturais são constituídos.

Este ponto é fundamental para a Educação Física, pois foram tais conceituações que levaram a interdição de homens e/ou mulheres a determinadas práticas corporais, afinal, elas seriam conforme apontam Altmann (1998), Goellner (2003) e Adelman (2006), elementos reguladores de comportamentos masculinos e/ou femininos. Sendo assim, Moraes e Silva & Fontoura (2011), baseados em Butler (2003), extrapolam tais questões dentro da área da Educação Física, salientando que gênero e sexo são termos editados e fabricados historicamente, inscritos nos corpos por uma matriz heterossexual. Os autores enfatizam que o discurso da diferenciação biológica entre homens e mulheres e a conseqüente diferenciação de práticas corporais, prescritas para um e outro sexo, são reguladas por este mecanismo hetero. Dessa forma, tais definições não podem ser atribuídas como falsas nem como verdadeiras, mas devem ser consideradas como efeitos de verdade produzidos em um discurso sobre uma identidade fixa e estável baseada na anatomia e na heterossexualidade compulsória.

Nessa linha argumentativa, Citeli (2001) indica que, desde 1970, muitos estudos que utilizam o binômio sexo/gênero questionavam somente os significados psicológicos e culturais das diferenças. Tais obras não problematizam o domínio discursivo do sexo anatômico. A autora, no entanto, lembra que somente com a denominada crítica “pós-moderna” é que tais binômios começaram a ser problematizados. A partir deste marco, a categoria sexo passou a ser vista não apenas como um dado natural e biológico, mas, sobretudo, como algo construído e editado no plano cultural, sendo um efeito dissimulado das normas heterossexistas. Afinal a categoria sexo é tão construída culturalmente quanto o próprio gênero. Butler (2003) radicaliza este debate epistemológico, argumentando que a categoria sexo pertence a um sistema de heterossexualidade, que claramente opera através de um sistema de reprodução sexual compulsória. Sendo as definições anatômicas de “macho” e “fêmea” produtos da matriz heterossexual, esse pilar acaba mantido encoberto e protegido de uma crítica radical.

“(…) a categoria sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria natureza, o qual serve propósitos da sexualidade reprodutora. Em outras palavras, não há razão para dividir os corpos humanos em sexos masculino e feminino, exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição. Conseqüentemente, não há, para Wittig, distinção entre sexo e gênero; a própria categoria ‘sexo’ traz marcas de gênero, é politicamente investida, naturalizada mas não natural.” (Butler, 2003, p.164).

Nesse sentido, a categoria sexo é uma interpretação política e cultural do corpo, não existindo, dessa forma, a distinção sexo/gênero. O gênero é embutido de sexo e o sexo mostra ter sido gênero desde o princípio:

“‘Sexo’, a categoria, impõe o ‘sexo’, a configuração social dos corpos, por meio do que Wittig chama de contrato forçado. Assim, a categoria de ‘sexo’ é um nome que escraviza. (...) Wittig argumenta que a ‘mentalidade hetero’, evidente nos discursos das ciências humanas, ‘nos oprime a todos, lésbicas, mulheres e homens homossexuais’, porque eles ‘aceitam sem questionar que o que funda a sociedade, qualquer sociedade, é a

heterossexualidade. (...) Essa heterossexualidade presumida, sustenta ela, age no interior do discurso para transmitir uma ameaça: 'voce-será-hetero-ou-não-será-nada'." (Butler, 2003, p.168).

Piscitelli (1997) indica que o conceito de gênero, considerado inicialmente como um "desnaturalizador" poderoso e como uma importante ferramenta teórica para o questionamento das posições teóricas estabelecidas, se impôs distinguindo-se de sexo. O que levou, na opinião da autora, à manutenção das discussões em perspectivas biologizantes. Para contestar esses aspectos, a autora se ampara nas reflexões de Haraway, principalmente, em "*Situated Knowledges*", texto no qual a norte-americana explica os motivos pelo qual o conceito de gênero lhe causa certo nervosismo, pois o sexo é deixado intacto por essa conceituação, aparecendo apenas como um objeto de conhecimento da Biologia e numa tradição em que o corpo é apenas uma página em branco para as inscrições sociais, incluindo-se aí as do denominado discurso biológico.

"O sexo seria assim parte da tradição analítica que converte tudo num recurso para a 'apropriação'. Nesta tradição, um objeto de conhecimento é apenas matéria para o ato de quem conhece e a natureza é somente a matéria-prima da cultura. De maneira análoga, dentro de uma lógica 'produtionista' da qual parece impossível escapar, o sexo é a matéria-prima para o gênero. Segundo Haraway, na distinção sexo/gênero, o sexo seria o 'recurso' para sua re-(a)presentação como gênero, integrando-se, assim, na linhagem generativa do binarismo natureza/cultura e embasado pela mesma lógica de apropriação da dominação." (Piscitelli, 1997, p.52-53).

A crítica à "natureza" do sexo também é explorada por Butler (1999, p.157-158):

"(...) a distinção sexo/gênero faz água ao longo de linhas paralelas: se o gênero e o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura (...) então o que sobra do 'sexo', se é que sobra alguma coisa, uma vez que ele tenha assumido o seu caráter social como gênero? (...) Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, ao invés disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso dessa assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao 'sexo', a marca de sua substanciação plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode constituir uma plena dessubstanciação."

Nesse sentido, tanto Haraway, como Butler, apontam categorias alternativas ao binômio sexo/gênero. A primeira, segundo assinala Piscitelli (1997), cunha o termo "*o apparatus de produção corporal (apparatus of bodily production)*". Já a segunda, elabora a noção de "performatividade" para superar os "problemas de gênero". Ambos os conceitos, apesar de terem algumas diferenças, possuem inúmeras semelhanças, principalmente no que se refere à limitação do binômio sexo/gênero. O que possibilitaria superar problemas colocados por tais definições, tais como as limitações em situar historicamente outras categorias, os pressupostos universalizantes associados ao binômio, os dualismos nele embutidos e suas características colonizadoras. Nesse contexto, a performatividade de produção dos corpos se torna fundamental, tornando-se, conforme apontam os estudos de Lessa & Votre (2013) e Silveira (2013), uma conceituação poderosíssima para se pensar as pesquisas em Educação Física.

A título de conclusão: como ficam os estudos de gênero nas pesquisas em Educação Física?

Após realizar toda essa reflexão, uma série de indagações ganha um significado especial: o que fazer com reflexões tão desconcertantes e perturbadoras como as apresentadas acima, por Haraway e Butler, no campo das pesquisas em Educação Física? Como desenvolver os estudos sob essa perspectiva teórica? Negar ou utilizar? Ao negar, não se estará desconsiderando aspectos importantes para este campo? Contudo, o ponto de referência mais seguro que se aponta neste debate é que tais conceituações não podem ser operacionalizadas nas pesquisas em Educação Física sem reflexões mais acuradas.

Heilborn (1998), por exemplo, questiona o pensamento performático, denominando-o de uma “voga pós-moderna desconstrutivista”. A autora, na seguinte passagem, faz uma defesa da manutenção do binômio sexo/gênero no campo de estudos de gênero:

“Para concluir cabe dizer que a interpretação sugerida depende da admissão de uma distinção lógica entre natureza e cultura; ainda que diversos sistemas culturais possam não admitir uma radical separação entre o que no ocidente denominamos de natureza e a cultura e ou a sociedade (...) isso não descarta a possibilidade de se operar com esse patamar de raciocínio. Da mesma maneira, acolher a idéia de que existe o dimorfismo sexual da espécie não impede que se reconheça que o sexo possa ser uma categoria historicamente datada. As concepções sobre a diferença sexual não abolem o fato de que existe uma diferenciação nos corpos (...) não se trata de afirmar que a existência de dois sexos na natureza implique alguma característica substantiva universal, apenas que a estrutura subjacente à montagem das relações de gênero mantém um pendor assimétrico.” (Heilborn, 1998, p. 53).

Ao deparar-se com questionamentos como os realizados por Heilborn as dúvidas ficam ainda mais evidentes. Com isso, o impasse teórico se torna abissal e as indagações levantadas pela autora, mesmo divergindo de suas bases teóricas, ganham uma pertinência ainda maior e a série de perguntas que inicia este tópico do artigo se torna cada vez mais pertinente. Como desenvolver as pesquisas de gênero nas pesquisas em Educação Física? Devem-se utilizar os conceitos de sexo e gênero? Ou empregar uma abordagem performática? A única certeza nesse debate epistemológico, se é que se pode usar este termo, é que são perguntas de difícil resposta, a qual não pode ser dada de maneira imediata, em prol de uma ou de outra perspectiva analítica. Afinal, os questionamentos performáticos são pertinentes e merecem, sem dúvida nenhuma, ser questionados e interrogados como um “problema de gênero”. Contudo, as reflexões realizadas por Heilborn também possuem uma pertinência, pois lembram que os estudos de gênero, numa perspectiva baseada no binômio sexo/gênero, ainda têm muito a contribuir para as pesquisas.

Harding (1993, p.26), outra crítica do ideário performático indica alguns argumentos centrais para esse debate:

“No entanto, devemos persistir na distinção entre cultura e natureza, gênero e sexo (principalmente no refluxo do determinismo biológico), mesmo que, por experiência e análise, possamos perceber que são inseparáveis dos indivíduos e das culturas. As dicotomias são empiricamente falsas, mas não podemos descartá-las como irrelevantes, enquanto elas permanecem estruturando nossas vidas e nossas consciências.”

As reflexões de Heilborn e Harding ganham grande significação, principalmente quando se pensa no campo dos estudos feministas e de gênero, bem como na sua aplicação nas pesquisas em Educação Física, pois essas dicotomias binárias estruturam os corpos e os modos de vida dos indivíduos envolvidos com as práticas corporais (Altmann, 1998; Goellner, 2003; Adelman, 2006; Moraes e Silva & Fontoura, 2011). Contudo, não se pode deixar de salientar, que as análises apresentadas por Haraway e Butler possuem uma enorme pertinência, pois colocam em xeque “verdades” estabelecidas e, por isso, merecem e devem ser utilizadas nas pesquisas realizadas dentro da área de Educação Física.

Como então resolver esse impasse epistemológico? Prins & Meijer (2002), ao entrevistarem Butler, buscam clarear um pouco esse terreno pantanoso e de difícil acesso. Na opinião das entrevistadoras, a radicalização performática realizada pela teórica norte-americana possui uma veia muito mais política e estratégica, em favor da teoria lésbica, do que uma reflexão epistemológica propriamente dita. Essa argumentação apresentada é primordial para o debate, indicando que se pode trabalhar com as noções apresentadas por Butler e utilizar, pelo menos inicialmente, os conceitos de sexo e gênero⁴, principalmente quando se trabalha com determinados objetos de pesquisa, ainda mais dentro de uma área tão marcada pelo conhecimento biológico como a Educação Física. Contudo, não se pode esquecer a dualidade do sexo posta num domínio pré-discursivo, pois, conforme aponta Butler (2003), a tarefa principal deve ser a de subversão das identidades e a desestabilização dos regimes de poderes existentes.

A própria Butler (2003) afirma que os debates feministas contemporâneos sobre o significado do conceito de gênero levam a certa sensação de problema, como se sua indeterminação culminasse com um fracasso do feminismo e das teorizações de gênero. Contudo, a autora discorda desse

posicionamento, indicando que tal “problema” não precisa necessariamente ter uma valência negativa, sendo na verdade vital e necessário.

Baseado nesta afirmação, é que se chega a principal conclusão do presente ensaio, ou seja, o apontamento de que é salutar para as pesquisas em Educação Física oscilar entre a realização de uma crítica às ideias associadas à distinção entre sexo/gênero, a performatividade e os princípios associados ao binômio sexo/gênero. Nesse sentido, a solução para o impasse na área de Educação Física possui vários caminhos profícuos. Exemplos proveitosos que se apoiam na clássica definição de gênero são os trabalhos de Altmann (1998), Goellner (2003) e Adelman (2006). Estes estudos mostram que é possível se trabalhar com a “construção”, tendo assim bases seguras para depois operar com a “desconstrução”. Mais recentemente, surgiram trabalhos que tematizaram os denominados “problemas de gênero” de uma forma mais pontual, questionando não somente o binômio e sim toda a matriz hetero (Rosa, 2008; Moraes e Silva, 2008; 2012; Moraes e Silva & Fontoura, 2011). Contudo, também apareceram estudos como os de Lessa & Votre (2013) e Silveira (2013), que levaram os ensinamentos performáticos a uma radicalidade ainda maior, proporcionando o surgimento de caminhos interessantes para este campo de pesquisa dentro da Educação Física brasileira.

Acredita-se que todas estas formas de pesquisa são complementares para a constituição deste campo de estudo. Afinal, a produção acadêmica da Educação Física brasileira precisa operar de um modo mais amplo e plural, pois existem variadas experiências dentro das práticas corporais, que não se limitam ao dimorfismo ou monismo de gênero e que precisam urgentemente entrar na agenda das pesquisas.

Notas

1 Segundo Vance (1995), o termo “construção social” obscurece o fato de que não se trata de um construcionismo, mas de construcionismos, pois vários/as intelectuais têm empregado o termo de diversas maneiras. Nesse sentido, não se pode pensar essa perspectiva num sentido monolítico e singular. A mesma linha de raciocínio serve para analisar a produção acadêmica de gênero da Educação Física brasileira, ela também está marcada por diferentes construcionismos.

2 Para Butler (2003), abjeto designa tudo aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”, ou seja, parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que esse “Outro” estranho se estabelece. A construção de um “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras de corpo que devem ser seguidos como “norma”.

3 Tais questões sobre um fundacionismo biológico, marcado pelos saberes médicos e regradados por uma matriz hetero dentro da constituição histórica da Educação Física no Brasil, foram problematizadas com detalhes no artigo de Moraes e Silva e Fontoura (2011).

4 Piscitelli (1997) indica que em diversas publicações já se pode ver a permanência de estudos utilizando os papéis sexuais ao lado daqueles que se amparam num desconstrucionismo radical.

Referências bibliográficas

Adelman, M. (2006). Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. Movimento, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.11-29.

Altmann, H. (1998). Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na Educação Física. 110f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Butler, J. (1987). Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Benhabib, S.; Cornell, D. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 139-154.

Butler, J. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p.151-172.

Butler, J. (2003). Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Chagas, E. P. (1994). Educação Física: Escola de... Formação do Corpo Feminino. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Ijuí, v. 15, n.º 3, p. 253-262.
- Chan-Viana, A. J. *et. al.* (2010). Educação Física, gênero e escola: uma análise da produção acadêmica. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 149-164.
- Citeli, M. T. (2001). Fazendo diferenças: teorias sobre o gênero, corpo e comportamento. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v. 9, n. 1 p.131-145.
- Costa, C. de L. (1998). O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: Pedro, J. M. e Grossi, M. P. (orgs.). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Ed. Mulheres, Florianópolis, p. 57-90.
- Deivide, F. *et. al.* (2011). Estudos de gênero na Educação Física. Motriz, Rio Claro, v.17, n.1, p. 93-103.
- Goellner, S. (2003). Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí.
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, v. 1 n. 1, p. 7-31.
- Heilborn, M. L. (1998). Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P. (orgs.). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Ed. Mulheres: Florianópolis. p. 43-53.
- Laqueur, T. (1994). La construcción del sexo. Cuerpo y gênero desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra.
- Lessa, P.; Votre, S. J. (2013). Carteira Rosa: A tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 263-279.
- Louro, G. L (2000). Corpo, Escola e Identidade. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.25, nº. 2, p. 59-75.
- Louro, G. L. (2004). Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes.
- Luz Júnior, A. (2003) Educação Física e Gênero: olhares em cena. São Luís: Imprensa UFMA/CORSUP.
- Moraes e Silva, M. (2008). Entre a ilha deserta e o arquipélago: mapeamentos e cartografias das percepções de professores (as) sobre as masculinidades produzidas nas aulas de Educação Física. 215f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Moraes e Silva, M. (2012). Escola e Educação Física: Maquinaria Disciplinar, Biopolítica e Generificante. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 343-357.
- Moraes e Silva, M.; Fontoura, M. (2011). Educação do corpo feminino: um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v.25, n.2, p.263-75.
- Parker, R. (1999). Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: Louro, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. p. 125-150.
- Piscitelli, A. (1997). Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: Aguiar, N. Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 49-66.
- Prins, B.; Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, n. 1, p.155-167.
- Diferenças entre meninos e meninas quanto aos estereótipos: contribuição para uma política de desmitificação. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Ijuí, v. 14. n. 1, p. 24-28.
- Romero, E. (1994). Educação Física a serviço da Ideologia sexista. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Ijuí, v. 15. n.º 3, p. 226-234.

Rosa, R. B. C. (2008). Homofobia e Esporte na Produção da Educação Física Brasileira (1979-2007). 54f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

Rubien, G. (2008). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. In: Navarro, M. e Stimpson, C. R. (comps.). ¿Qué son los estudios de mujeres? Fondo de Cultura Económica: Argentina. p. 15-74.

Saraiva, M. do C. (1999). Co-educação física e esportes: quando a diferença e mito. Ijuí: UNIJUÍ.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99.

Seffner, F. (2006). Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: Soares, G. F.; Santos da Silva, M. R.; Ribeiro, P. R. C. (orgs.). Corpo, Gênero e Sexualidade: Problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. Da FURG. p. 85-93.

Sileveira, V. T. (2013). Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo. 162f. Tese (Doutorado) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Stoller, R. J. (1993). Masculinidade e Feminilidade: apresentações de gênero. Porto Alegre: Artes Médicas.

Vance, C. (1995). A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-31.

Weeks, J. (1999). O corpo e a sexualidade. In: Louro, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82.

Recibido: 28-05-2014.

Aceptado: 13-06-2014.

Publicado: 07-11-2014.